

O Tuiuti

BOLETIM PROFISSIONAL DE HISTÓRIA MILITAR



2014 / Nº 114

A Guerra da Tríplice Aliança

Logística e Preparação das Tropas Brasileiras





O TUIUTI

Informativo oficial da AHIMTB/RS

Órgão de divulgação das atividades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Rio Grande do Sul (AHIMTB/RS) - Academia General Rinaldo Pereira da Câmara - e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS). Membro da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB).

EDITOR

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Presidente da AHIMTB/RS
Vice do IHTRGS
lecaminha@gmail.com

PROJETO GRÁFICO/DESIGN

Fabricio Gustavo Dillenburg
Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis
nucleomilitar@gmail.com

ENDEREÇOS VIRTUAIS

acadhistoria@gmail.com
www.acadhistoria.com.br

O informativo **O Tuiuti** é uma publicação da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, seção Rio Grande do Sul e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Seu objetivo é a divulgação dos trabalhos das duas entidades, bem como da História Militar e temas relacionados. Os textos publicados expressam única e exclusivamente a opinião dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da AHIMTB/RS, do IHTRGS, da FAHIMTB, ou de seus membros, como um todo. O material publicado no informativo está protegido por Leis Internacionais de Copyright. Para publicação e/ou redistribuição, por favor, entre em contato com o Editor.



EDITORIAL

Mais uma vez, entregamos aos nossos leitores um número riquíssimo em conteúdo histórico, desta feita com uma abordagem diferenciada sobre um dos mais complexos temas existentes no campo militar.

Assunto sempre presente na lides históricas, a Guerra do Paraguai é fonte permanente de novas visões e análises. Um dos assuntos é a Logística. Neste número, trazemos a opinião do Cel Luiz Augusto sobre o tema. A guerra foi levada a efeito em território estrangeiro carente de recursos e, na maior parte, ao longo da calha do Rio Paraguai. A logística da Guerra do Paraguai ainda é tema parco de um estudo aprofundado.

Na continuação, revisitamos o século XVI, trazendo a figura de um dos heróis da luta contra os huguenotes franceses na Guanabara. Em tela, o fundador da cidade do Rio de Janeiro, sobrinho de Mem de Sá. Ambos foram protagonistas de uma das lutas contra estrangeiros dentro do nosso território. A esse respeito, está no prelo mais um livro da FAHIMTB: Brasil - Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas (Em defesa de sua integridade, Soberania, Unidade, Independência e Integração; e da Liberdade e Democracia Mundiais).

Finalizando, um comunicado sobre o desempenho do Blog do Núcleo Militar, parceiro da AHIMTB/RS, que revela o excelente número de visitas já obtido até agora.

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Editor

CONTEÚDO

4 PARAGUAI: GUERRA E LOGÍSTICA

por Cel Luiz Augusto R. do Nascimento

Membro da Academia apresenta um excelente estudo sobre a logística na Guerra do Paraguai e o papel de Osório.

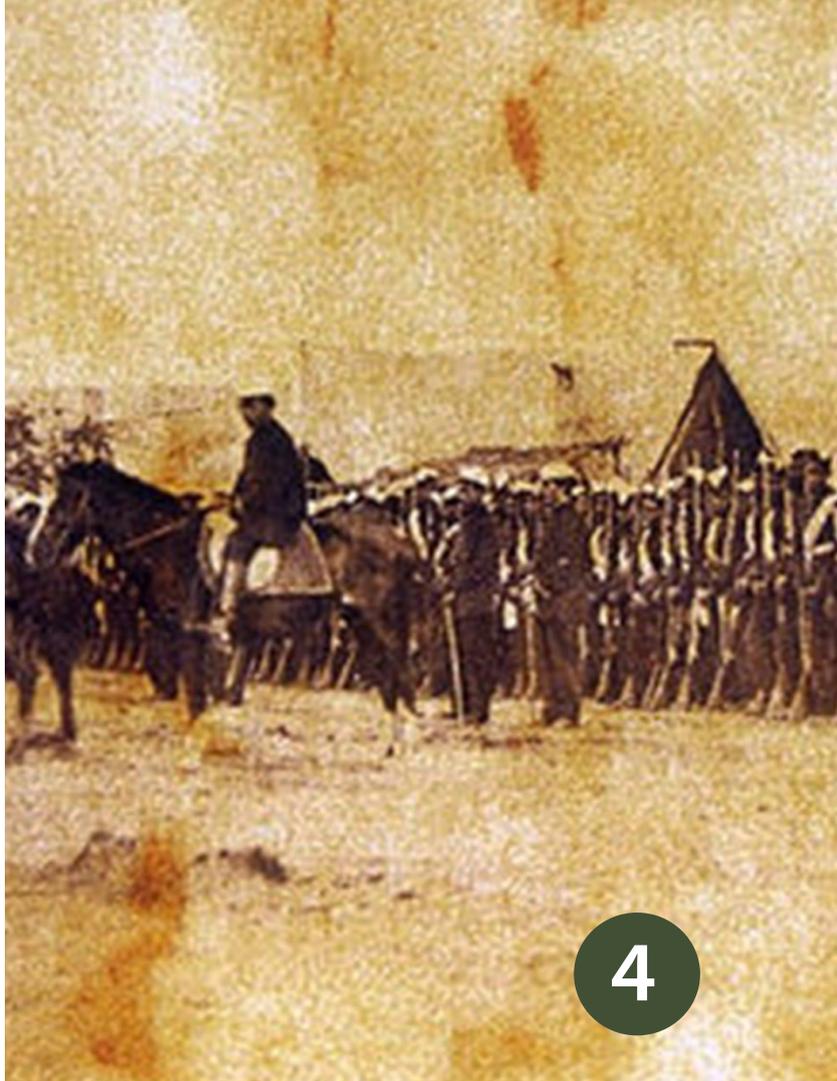
25 RESISTÊNCIA: ESTÁCIO DE SÁ

por Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis

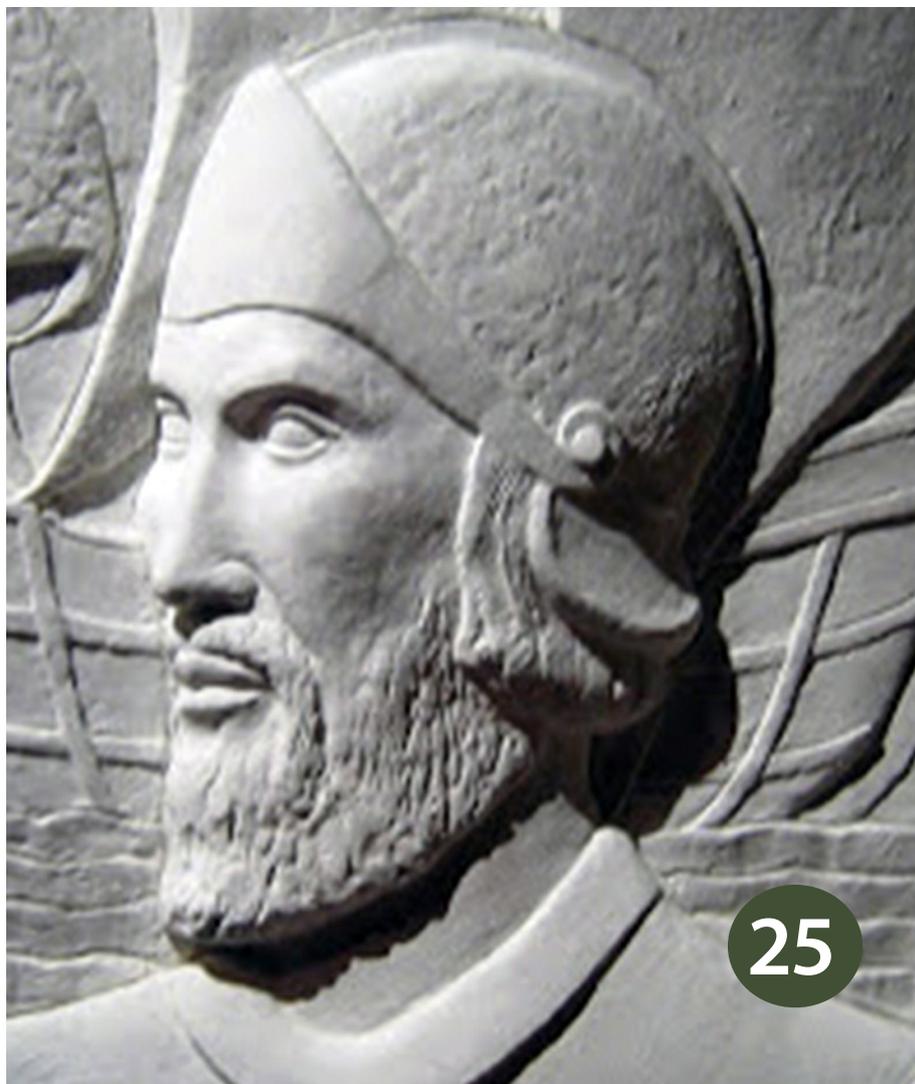
Série "Heróis da Resistência às Invasões Estrangeiras no Brasil", um texto sobre a importância de Estácio de Sá.

26 50 MIL VISITAS

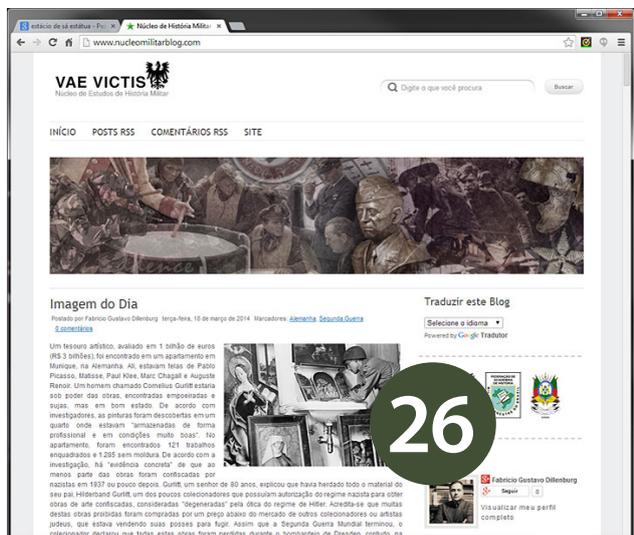
O Núcleo de Estudos de História Militar, parceiro da FAHIMTB, atinge um marco importante em seu blog.



4



25



26





Preparação Logística para a

Guerra da Tríplice Aliança

A Organização do 1º Corpo do Exército Imperial Brasileiro

Cel Luiz Augusto Rocha do Nascimento

A logística existe desde a primeira campanha militar. Ela é muito importante para que um exército seja capaz de lutar. Este trabalho mostra as ações do General Osório para preparar um exército para a Campanha do Paraguai, na Guerra da Tríplice Aliança. O objetivo é verificar suas decisões logísticas. Mostrar que ele era tão bom administrador como guerreiro.

INTRODUÇÃO

O Segundo Reinado pautou-se por uma série de crises e revoltas. O Exército Imperial brasileiro, ainda em formação, mal estruturado para agir em um país de dimensões continentais, teve que se desdobrar para manter a unidade nacional. Contou com isso com o auxílio de forças como as Polícias Militares e a Guarda Nacional.

O sul do país foi, durante a colônia, um local de intensa fricção entre as coroas ibéricas. A fronteira se estabeleceu e se restabeleceu várias vezes. O povo gaúcho passou por vários séculos em armas e tropelias. Do sangue que verteu no sul nasceram cidades, formou-se uma nação e um pensamento de patriotismo e determinação.

Os conflitos, porém, se circunscreviam, na maioria das vezes, aos pampas gaúcho, argentino ou oriental. As lutas se travaram com forças locais, basicamente montadas, em itinerários e regiões conhecidas por séculos. O desmembramento do Vice-Reinado do Rio da Prata acirrou ainda mais os ânimos e as disputas na região. Substituiu-se a luta

entre duas potências europeias rivais por uma luta entre três países independentes, ainda em formação.

A deflagração da Guerra da Tríplice Aliança, marcada pelo apresamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, inseriu no panorama dos conflitos da região uma nova contenda. A luta reuniu, do mesmo lado, pela primeira vez, argentinos e brasileiros. A guerra não se

“NÃO SERIA MAIS UMA LUTA COMO AS ANTERIORES. OS MEIOS NÃO ESTAVAM DISPONÍVEIS E AS TROPAS, POUCAS, MAL TREINADAS E EQUIPADAS.”

daria apenas em terras do Rio da Prata, mas subiu para um território desconhecido. A preparação de uma força para combater no Paraguai necessitava de uma mobilização nunca vista antes na região.

O Brasil, em geral, e o Exército Imperial brasileiro, em particular, não estavam prontos para esse tipo de guerra. Os

meios necessários para fazer frente à afronta do Presidente do Paraguai envolviam providências não verificadas anteriormente, pois precisariam da conjugação do esforço de material e pessoal de três nações secularmente beligerantes, por itinerários de um país desconhecido e contra uma força preparada, havia anos, para combater.

Nesse contexto, o Brasil se encontrava com seu exército em Montevideu, completando mais uma campanha na região e, de repente, precisando se armar de forma inaudita para uma nova campanha. Não seria mais uma luta como as anteriores, os meios não estavam disponíveis e as tropas, poucas, mal treinadas e equipadas. Fazia-se necessário um tratado de acordo mútuo e uma mobilização de meios e homens para fazer face a essa Campanha.

No comando, substituindo o enfermo Marechal João Propício Menna Barreto, que se recolhera para o Rio Grande do Sul levando bons oficiais, estava o General Osório, seu desafeto. Militar prático, veterano dos conflitos no Rio da Prata, acostumado às armas, aos homens e aos cavalos

de guerra, sem formação na Escola Militar da Corte, recebeu a tarefa de preparar um exército para marchar para o Paraguai. Montou-o com o que aprendera na peleia e se valendo dos insígnies militares que estavam com ele em Montevidéu, como Sampaio.

As ações de Osório revelaram o tirocínio de um prático, acostumado mais às lides objetivas do campo de batalha do que ao planejamento meticuloso das operações militares. Suas medidas mostraram que um Exército não preparado para a guerra, desprovido de quase tudo, preparou-se em pouco tempo e sobre a pressão dos acontecimentos.

O General, além de militar, tinha que agir como diplomata, por causa da necessidade de se encaminhar um pacto entre os países platinos, a República Argentina e a República Oriental (Uruguai) e o Império do Brasil – o Tratado da Tríplice Aliança, assinado quando parte da tropa estava em marcha.

Portanto, é necessário verificar quais as providências o General Osório tomou em Montevidéu para preparar um exército para combater. Criar uma força capaz de ser treinada, equipada e estruturada para combater num local para nós desconhecido, em circunstâncias bastante adversas e em

condições diferentes das lutas que travava havia anos. Assim, este estudo pretendeu verificar quais as ações empreendidas pelo Marquês do Herval, sob a ótica da logística, para avaliar as suas ações de forma didática, a partir de princípios logísticos dos pensadores da época.

FUNDAMENTOS DA LOGÍSTICA MILITAR

A logística, apesar de necessária ao esforço de guerra há milênios, teve suas definições apresentadas apenas de forma recente. O termo surgiu na França e se consagrou posteriormente. Podemos verificar as ideias relativas ao conceito, primeiramente, de dois dicionários brasileiros consagrados:

Parte da arte da guerra que trata do planejamento e da realização de: a) projeto e desenvolvimento, obtenção, armazenamento, transporte,

distribuição, reparação, manutenção e evacuação de material (para fins operativos e administrativos); b) recrutamento, incorporação, instrução e adestramento, designação, transporte, bem-estar, evacuação, hospitalização, e desligamento de pessoal; c) aquisição ou construção, reparação, manutenção e operação de instalações e acessórios destinados a ajudar o desempenho de qualquer função militar; d) contrato ou prestação de serviços¹.

• **MILITAR:** organização teórica da disposição, do transporte, do abastecimento de tropas em operação militar;

• **ETIMOLOGIA:** francês *logistique* (1840) ‘nome dado à parte especulativa da ciência das armas’, este emprestado do grego *Logistikós*, ê, ôn ‘relati-

PENSADORES DA GUERRA ▾

Inovadores da arte da guerra: à esquerda Gustavo Adolfo (1594-1634), rei-soldado da Suécia. À direita, Antoine-Henri Jomini (1779-1869), militar suíço.



vo ao cálculo; que diz respeito ao raciocínio; administração e organização dos pormenores de qualquer operação².

O termo é abrangente e abarca não só dos recursos materiais, como sua reunião e transporte, como os recursos humanos, como seu recrutamento, preparação para sua utilização em combate. Indica que a preparação de uma força para o combate implica em uma série de itens, os quais necessitam de um cuidado, de uma preparação. A origem do termo ainda não é consenso, conforme mostra o Estado-Maior do Exército (EME):

Três possíveis significados do termo logística, embora surgidos em tempos e lugares distintos, complementam-se e dão sentido à definição contemporânea. O primeiro vem da GRÉCIA antiga, onde "logistikos" significava habilidade em calcular. Mais tarde, "logista" era o termo em latim, empregado nos impérios romano e bizantino com o significado de administrador. Mais recentemente, a expressão francesa "mar chal des logis", estabelecida a partir do reinado de LUIS XIV, designava a autoridade responsável por prover as facilidades de alojamento, fardamento e alimentação nas tropas, nos acampamentos e marchas³.

Gustavo Adolfo II (1594-1632), rei da Suécia, um dos maiores capitães da história, inovador da guerra, propôs um sistema logístico organizado:

A noção de um sistema de apoio logístico (Ap Log) regular e organizado vem da SUÉCIA, onde, entre 1611 e 1632, o Rei GUSTAVO ADOLFO reestruturou suas forças, modernizando sua organização com a criação de comboios de elementos de suprimento e manutenção para o Ap Log - os chamados "trens" - que contavam com medidas especiais de proteção⁴.

Os pensadores da guerra preocuparam-se com a preparação dos exércitos para a guerra. O famoso Barão Antoine Henri Jomini (1779-1869), suíço, foi comissionado no exército francês, sendo conhecido como um predecessor do próprio Bonaparte, a quem conheceu pessoalmente⁵. Apresentam-se aqui algumas de suas ideias sobre logística:

*Segundo Del Re (1955), a primeira utilização do vocábulo "logística", dentro da Ciência da Guerra, foi realizada, em 1836, pelo general suíço Antoine-Henri Jomini no seu livro *Precis de L'Art de La Guerre*, quando sintetizou os três ramos da arte da guerra como sendo a estratégia, a tática e a logística, cabendo ao último a responsabilidade pelo fornecimento dos meios, a serem planejados e empregados pelos dois primeiros. A logística apresenta-se, então, como sendo a arte prática de mover exércitos, de dispor pormenores materiais das marchas e formações, de montar acampamentos ou acantonamentos longe do inimigo. Tudo*

indica que Jomini inspirou-se no título de major général des logis - atribuído ao oficial francês encarregado de prover alojamento, suprimento, dirigir as marchas e colocar as colunas das tropas francesas no terreno - para criar uma primeira definição de logística militar como sendo tudo ou quase tudo, no campo das atividades militares, exceto o combate (DEL RE, 1955)⁶.

O termo logística, como idéia de ciência de guerra, surgiu na obra do estrategista militar ANTOINE HENRI JOMINI, em 1836. Segundo ele, "a Logística é tudo ou quase tudo, no campo das atividades militares, exceto o combate".⁷

A preparação para a guerra, com o passar dos anos, revelou-se não só uma política, estratégica ou tática, mas também uma preocupação do preparo do homem para o combate, bem como os meios necessários para que ele combatesse. Braz (2004) aponta essa importância da logística militar, como podemos observar em duas citações:

Certamente, a Logística está direta ou indiretamente presente entre as prioridades do Exército para a consecução dos seus objetivos. Em meio a crises econômicas regionais e mundiais, os recursos materiais mostram-se cada vez mais escassos e a compatibilidade entre necessi-

dade e disponibilidade pende por vezes para o lado das necessidades. Por isso, a aplicação de estratégias de melhoria de gestão se faz cada vez mais necessária⁸.

Para as forças militares, a logística adquiriu, pela sua destacada atuação na solução de complexos problemas de apoio, posição de destaque nas operações, passando a ser considerada como um dos “fundamentos da arte da guerra”⁹.

Sun Tzu ((544 a.C.-496 a.C.), general e pensador militar chinês, conforme Clavell (1983), tinha como nome verdadeiro Wu. Nasceu no estado de Ch’i. Seu livro A Arte da Guerra chamou a atenção de Ho Lu, Rei de Wu. Após testá-lo com um exército de concubinas, o Rei nomeou Sun Tzu como general de seu exército. Durante quase duas décadas, os exércitos de Wu dominaram seus inimigos: os reinos de Yueh e Ch’u.

A Arte da Guerra é composta por treze capítulos de grande simplicidade de ideias. O capítulo 1 (Planejamento) traz cinco fatores constantes, a serem levados em consideração para determinar as condições do campo de batalha. O quarto fator, a Terra, “compreende as distâncias grandes e pequenas, o perigo e a segurança, rasa campanha e passagens estreitas, as oportunidades de vida e de morte”¹⁰.



O quinto fator (Doutrina) fala diretamente de logística: “a organização do exército, a hierarquia, a política de estradas para suprimento, as medidas para atender às necessidades básicas do exército e o controle de gastos militares”¹¹. Assim, dois de cinco fatores do Mestre chinês englobam preocupações de um sistema logístico capaz de suprir o exército em campanha.

No segundo capítulo (A Conduta da Guerra), Sun Tzu lembra o leitor de sua obra de que as guerras são caras e que oneram o povo. Não se deve prolongar muito uma guerra sob pena de corroer os recursos do povo. Também aconselha o uso dos recursos do inimigo, disponíveis em seu território, para economizar seus próprios meios¹².

Nicolau Maquiavel (1469-1527), nascido em Florença, atual Itália, foi assessor de príncipes de seu tempo. Escre-

ARTE CHINESA ^

Estrategista e filósofo chinês, Sun Tzu (544 a.C. - 496 a.C.) é mais conhecido por sua obra "A Arte da Guerra", composta por treze capítulos recheados de conselhos militares.

veu vasta obra literária, atestando sua cultura refinada. Sua obra mais conhecida, O Príncipe, foi além do seu tempo e destaca como um soberano deveria governar para se manter no trono. Entre outros assuntos, aborda a relação do soberano e seu exército.

O Príncipe destaca três capítulos ao exército: Dos vários tipos de exército e das tropas mercenárias (XII), Dos exércitos auxiliares, mistos e próprios (XIII) e Da relação entre o príncipe e o exército (XIV). Maquiavel destaca que o exército é um indicador da grandeza de um Estado, pois o equipara à sua organização legislativa:

As bases principais de todos os Estados – sejam novos, antigos ou mistos – são as boas leis e os bons exércitos. E porque

*não pode haver boas leis onde não há bons exércitos, e onde há bons exércitos convém haver boas leis, deixarei de lado a discussão das leis e falarei dos exércitos*¹³.

Assim, o florentino ressalta que a utilização de mercenários é prejudicial para um Estado, pois eles precisam de cuidado e atenção permanentes. Assim, a logística de mantê-los supridos é um fator de risco para o Estado. Não seriam os soldados ideias para a guerra, salvo os suíços, como observou Bonaparte¹⁴. Fala também da prevalência de cavalaria sobre a infantaria, mas por praticidade: os cavaleiros são armados e montados por sua conta e a infantaria é um gasto do Estado.

Maquiavel identifica também os auxiliares, exércitos de outros estados que ajudam em uma guerra, e as tropas próprias, ideais, pois dispostas a sacrifícios para a manutenção do Estado. Os auxiliares, como

as Tropas Auxiliares utilizadas pelos romanos, podem se voltar contra seus contratantes¹⁵. Napoleão assinala quando ainda Cônsul, que deveria cuidar desse detalhe. Não fez como mostrou a Campanha da Rússia e a deserção foi enorme.

Napoleão também anotou que a presença dos exércitos nacionais foi uma solução aos problemas apresentados pelos mercenários. Ele poderia levar seu exército a sacrifícios e privações as quais não poderiam os mercenários. O aumento do exército encontrou esse anteparo no recrutamento: o nobre e o plebeu passaram a defender seu Estado, não mais auxiliares ou mercenários¹⁶.

Como se nota, antecipou a base do sucesso napoleônico,

PENSAMENTO PRUSSIANO v

Frederico II (1712-1786), rei da Prússia, da Dinastia Hohenzollern, conhecido como "o Grande", por suas conquistas, foi hábil comandante e excepcional administrador.



que utilizou os cidadãos a serviço de seu país. O florentino era "um defensor incontestado das milícias que consagram os princípios dos Exércitos acionais, baseados na conscrição dos soldados no seio da população". Também "Acreditava ele, com muita propriedade, que os exércitos mercenários e as tropas auxiliares serviço dos Estados careciam da lealdade e confiabilidade para com os governantes"¹⁷.

Após seu clássico, Maquiavel escreveu A Arte da Guerra. "A Arte da Guerra está dividido em sete livros. O texto, em forma de diálogo, apresenta um debate entre um experiente comandante militar e 'gentis homens' ou aristocratas de Florença"¹⁸. Esta obra reitera o exército republicano, formado por seus cidadãos, diferente da prática do uso de auxiliares ou mercenários.

Maquiavel dá maior enfoque ao uso das Armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia). Busca, na recordação das legiões romanas e das observações dos conflitos de seu tempo, realçar os pontos focais de um capitão (comandante). Em esboços, mostra as carroças dentro da formação do exército, protegida pela força, o que causava atraso em seus deslocamentos¹⁹.

Frederico II (1712-1786), Rei da Prússia, considerado um "déspota esclarecido". Herdou do pai um Estado forte

e um exército bem treinado e equipado²⁰. Identificou-se integralmente com o Estado prussiano. Inicialmente não se interessava pelo governo nem pelo exército. Contudo, o tempo e a insistência de seu pai fez dele o general brilhante, vencedor de várias campanhas para seu país. Além de filósofo, foi tanto general em campo quanto pensador militar em seus escritos.

No campo da logística, Frederico II aperfeiçoou o sistema de armazéns (atualmente depósitos) e de suprimento por meio de comboios, de modo que o Exército podia afastar-se cinco etapas dos armazéns sem que o suprimento sofresse solução de continuidade (interrupção). Uma etapa corresponde a um conjunto de refeições: café; almoço e jantar²¹.

A segurança da via de transporte é ainda um problema



TRADIÇÃO ALEMÃ ^

Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780-1831) foi outro prussiano que definiu a teoria da guerra, tornando-se um de seus mais importantes teóricos modernos.

delicado²², principalmente em território inimigo, pois os meios da época não permitiam movimentos retrógrados (retiradas ou retardamentos do inimigo) com forças fracas. Luvaas²³ confirma isso em nas descrições feitas pelo monarca prussiano quando ele fala de marchas.

O PRÍNCIPE v

Reconhecido como um dos fundadores do pensamento e da ciência política moderna, Niccolò dei Machiavelli (1469-1527) abordou questões de Estado de forma direta e franca.



Assim, quando Frederico II opera em território prussiano, organiza seus armazéns em praças fortes, como em Magdeburg, sua independência é grande, pois, dispondo de várias vias de transporte, pode passar de uma para outra sem risco²⁴. Isso lhe confere maiores possibilidades de manobrar e enganar o adversário quanto à direção em que estão as retaguardas prussianas²⁵. As vias utilizadas eram tanto terrestres quanto fluviais, como o rio Elba.

O Rei prussiano preocupava-se com o suprimento. Instruiu sua tropa para que as carroças regimentais transportassem pães para oito dias. Era um item de grande consumo da tropa, que o consumia com sopa. Cada companhia possuía moinhos movidos manualmente. A intendência do

exército, também em carroças, levava suprimento suficiente para um mês e também fornos de ferro²⁶.

Todas as carroças possuíam tração efetuada por cavalos. Seus condutores, fiscalizados pelos generais, por determinação do Rei, tratavam os animais com muito cuidado. Perder cavalos reverteria em perda de poder de movimentação do exército. Em território inimigo, instalavam um depósito de farinha em uma cidade ocupada, perto do exército²⁷.

Em território inimigo, a infantaria escoltava os comboios para lhes proporcionar segurança. Mesmo em terreno plano, Frederico II achava melhor usar os infantas nessa missão, a qual possuía detalhamentos preparados pelo próprio monarca. Julgava a proteção dos comboios um ponto crucial para assegurar a continuidade das operações²⁸.

Karl von Clausewitz (1780-1831), foi um pensador militar do século XIX cujas ideias continuaram vivas mesmo após sua morte²⁹. A obra mais famosa (e extensa) de Clausewitz é *Von Kriege* (Da Guerra). Ela enfeixa uma série de teorias e doutrinas escritas a partir de experiências adquiridas nas Guerras Napoleônicas e no exercício das suas funções como soldado, particularmente a docência da Escola Militar de Berlim.

A obra de Clausewitz originalmente se dividia em três partes: Livros I a IV (1ª parte); Livros V e VI (2ª parte); e Livros VII e VIII (3ª parte). Cada um dos livros da obra é dividido em vários capítulos. Devem-se incluir nesta estrutura as notas do autor, encontradas entre seus papéis após a sua morte. Estas notas elucidam suas motivações para escrever sobre a guerra e os objetivos que reunia³⁰.

O Livro V (Forças Militares) traz suas concepções sobre a construção das forças a serem empregadas em combate. A organização didática desse estudo foi balizada da seguinte forma³¹:

1. O seu poderio numérico e a sua organização;
2. A sua situação quando não estiver em combate;
3. A sua manutenção; e
4. A relação geral existente entre elas, o país e o terreno.



O general prussiano foi um divisor de águas no pensamento militar:

*Clausewitz é o autor da guerra moderna. Foi filósofo e estrategista. O conceito de “guerra” de Clausewitz procurou responder à demanda histórica de sua época e serviu, possivelmente, de alimento teórico, ideológico e estratégico para as gerações dos governos europeus até 1919*³².

O Brasil carecia de recursos para apoiar seu exército. O Paraguai era um território desconhecido para se preparar um planejamento logístico adequado segundo os princípios em voga à época. Os obstáculos iniciais se mostravam um desafio à altura dos Doze

A SERVIÇO DE PORTUGAL V

Guilherme de Schaumburg-Lippe (1724-1777), conhecido em Portugal como Conde de Lippe, foi mais um político e militar de origem alemã que teorizou sobre a arte e a ciência da guerra.

Trabalhos de Hércules. Porém, não se tinha nem ajuda dos deuses do Olimpo nem semi-deuses para auxiliar os brasileiros, como herói mitológico grego teve. Apenas Osório e seus auxiliares próximos.

O EXÉRCITO IMPERIAL BRASILEIRO

O Exército Brasileiro se encontrava em plena campanha no Uruguai. Francisco Solano López, presidente e ditador do Paraguai, no mesmo período, iniciou sua guerra contra o Império do Brasil. O exército brasileiro lutava em um campo de batalha familiar: o extremo meridional do território brasileiro até o rio da Prata, no Uruguai.

Constituíam-se em novo conflito de uma região sacudida por lutas seculares, herdadas da rivalidade ibérica. Não só se combatia na região por causa de conflitos locais como também por razões vindas da Europa, como a Guerra de 1801, que trouxe reflexos para o extremo meridional brasileiro³³.

A deflagração da guerra contra a nação guarani trouxe o Império para uma situação inédita. O conflito contra o Paraguai se travou em uma área praticamente desconhecida pelo exército imperial. A aliança com a Argentina, rival his-

tórico no rio da Prata. A presença do Uruguai, lutando ao lado de dois países com quem ora se aliava, ora combatia.

O Exército Imperial brasileiro não estava pronto para travar essa nova guerra. Não possuía a estrutura adequada para lutar nas condições que se apresentaram. Carecia de infraestrutura adequada: homens capacitados e os meios disponíveis para a luta. Não era uma novidade: o exército nacional era uma sombra do que passou a ser, passadas décadas desse conflito. Como informa Ferrer:

Em 1864, ao ser deflagrada a guerra pelo Paraguai contra o Brasil, com o aprisionamento do navio brasileiro Marques de Olinda e posteriormente, a invasão pelo numeroso exercito paraguaio nas províncias do Mato Grosso em 1864 e do Rio Grande do Sul em 1865, respectivamente, o Império percebeu a necessidade de (re)organizar um exercito forte capaz de defender a pátria brasileira, que estava sendo ameaçada, ja que, apos a Independência do Brasil, a Guarda Nacional passou a ser empregada na defesa do território brasileiro com o maior numero de efetivo e incentivo econômico, em detrimento do Exercito profissional³⁴.

As responsabilidades de um país recém-independente trouxeram consigo um peso muito grande.

“O Brasil independente implicou necessariamente na exis-

tência de um Exército organizado e capaz de dar continuidade à evolução natural do povo e das Instituições, agora com a responsabilidade de afirmação própria no cenário sul-americano e mundial³⁵.

O Exército se organizou com base nas forças já existentes, herdadas da Colônia. Cedo já se fazia necessário empregá-lo na Cisplatina, em 1823. O surgimento do Império não trouxe consigo a formação de um exército confiável, capaz de inspirar segurança aos governantes, como mostra Ferrer:

Esse “descaso” do império para com o Exército iniciou apos a Independência do Brasil, em 1822, quando essa força terrestre passou a ser considerada pelas autoridades imperiais como uma ameaça a estabilidade politica do novo sistema de governo, devido a presença de portugueses junto ao oficialato e a indisciplina dos soldados, que participavam de motins, arruaças e tumultos no período regencial. Tais aspectos eram causadores de profundas desconfianças junto a sociedade politica, que temia a restauração do antigo regime³⁶.

Castro também aduz:

Contudo, a Independência não marcaria uma mudança profunda na força, pois o Exército de então tinha imensos problemas, que o tornaria conceitualmente muito diferente do que existe hoje³⁷.

Os efetivos do Exército eram pequenos, mercê, entre outras

causas, do êxodo dos militares portugueses que integravam suas fileiras. Carecendo de completar o efetivo do Exército, o Imperador fez uso de mercenários, comuns à época, particularmente para lutar no Prata. Criou, em oito de janeiro de 1823, o 1º Regimento de Estrangeiros, composto de Estado-Maior e um batalhão de Granadeiros e dois batalhões de Caçadores, com oitocentos e trinta e quatro homens cada³⁸. Em 1825 foi criado o 2º Batalhão de Granadeiros.

Legalmente, o Exército foi criado pela Carta Magna outorgada pelo Imperador em 25 de março de 1824. O documento trazia, no seu Capítulo VIII, seis artigos sobre a força militar. Prescrevia, no artigo 145, que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e a integridade do império e defende-lo dos seus inimigos externos ou internos”³⁹.

O recrutamento era problemático. Para entrar no Exército as praças deveriam ser de “raça pura”, ou seja, brancos. Os pardos e negros só serviam nas Tropas Auxiliares (Milícias e Ordenanças), as quais foram extintas posteriormente para que o parlamento criasse a Guarda Nacional, “uma organização militar que, ao contrário das antigas forças auxiliares coloniais, não era subordinada à administração central, o controle da tropa era dado aos juizes de paz que, como os próprios oficiais da Guarda,



eram cargos eletivos, em pleitos sem voto secreto”⁴⁰.

As preferências se estendiam aos oficiais: “no fim do Primeiro Reinado, apesar da Independência e do retorno para a Europa de um grande número de oficiais portugueses, dos 44 generais em serviço no Exército, apenas 16 deles, um pouco mais de um terço, eram brasileiros”⁴¹. Os brasileiros eram, em sua maioria, limitados ao posto de Capitão⁴². A preferência era entrar na Guarda Nacional:

Conforme a lei de criação da Guarda Nacional, suas corporações deveriam ser organizadas e subordinadas a autoridades locais. Seu serviço de pessoal era obrigatório e abrangia os homens maiores de 18 anos que tivessem renda superior a 200 mil reis, com exceção dos militares de terra e mar, autoridades locais, maiores de 50 anos, reformados da Marinha e do Exército e inaptos para o ser-

APRENDER A LUTAR ^

Prédio da Academia Real Militar, visto aqui quando já preparado para a grande Exposição Nacional de 1871. O próprio imperador abriu a exposição, primeira do gênero no Brasil.

*viço. Cabe ressaltar que os que não quisessem fazer parte dessa força militar podiam indicar substitutos de boa procedência. Em 10 de setembro de 1860, outro decreto-lei referente a Guarda Nacional foi promulgado, com a determinação de que todos os cidadãos filhos de estrangeiros que possuíssem renda superior a 200 mil reis eram obrigados a servir na Guarda Nacional*⁴³.

Não havia fontes escritas para capacitação. Aplicavam-se ainda os “Artigos de Guerra” do Regulamento de Frederico Guilherme Ernesto de Schaumburg-Lippe, Conde de Lippe, datados de 1773⁴⁴. O manual do Conde irlandês Beresford, de 1812, valeu até 1850. Mesmo assim era insuficiente⁴⁵.

O governo percebeu a necessidade de capacitar seus oficiais. O Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, 1º Barão de Lages, enviou treze deles para escolas na Europa, por julgar não haver no Brasil ainda uma instituição que possuísem formação tanto técnica como prática para aperfeiçoá-los. Por meio do decreto de 29 de janeiro de 1825. Assim, buscava um início de capacitação organizada para a liderança de um exército emergente⁴⁶.

Os oficiais só dispunham da Academia Imperial Militar, instituída⁴⁷ por Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 para uma formação didática. A Academia funcionou na Corte, no prédio da Casa do Trem (atual Museu Histórico Nacional). O Império a encontrou no Largo de São Francisco, onde funcionou até 1858. Posteriormente, foi para a Praia Vermelha, onde formou oficiais até a República, em 1904⁴⁸.

Em Março de 1851, as promoções visou atender critérios de capacitação. O acesso ao posto de Tenente (hoje 1º Tenente) definia que os Alferes (hoje 2º Tenente) possuísem, além de dois anos de serviço, o curso da Escola Militar. Para o acesso ao posto de Capitão, o Tenente precisava ter o curso da Escola Militar, ou do seu Corpo, e satisfazer os seguin-

tes critérios: tempo de serviço no posto anterior de dois a cinco anos e provas de conhecimentos teóricos e práticos da arma⁴⁹.

Em 1851 foi criado o curso de cavalaria e de Infantaria, pelo período de dois anos, na província do Rio Grande do Sul. Em 1854 foram criadas escolas elementares nos Corpos de Tropa. Em 1855 criou-se a Escola de Aplicação do Exército, englobando o 5º e 6º anos da Escola Militar, que foram suprimidos. Em 1859 foi criada a Escola de Tiro de Campo Grande. Em 1860, uma nova reforma cria as Escola Central e a escola Militar, Escolas Auxiliares da escola Militar e Escolas Regimentais⁵⁰.

Deu-se uma série de passos para dismantelar a estrutura do Exército após a abdicação de Dom Pedro I⁵¹. O primeiro foi a expulsão dos oficiais estrangeiros, particularmente portugueses, vistos como ligados ao antigo regime. Esse passo seguia na esteira da dissolução dos batalhões de mercenários estrangeiros. A lei votada pela Assembleia-Geral em 24 de novembro de 1830 restringia o oficialato das Forças Armadas aos brasileiros⁵², e limitava o Exército a doze mil praças⁵³.

“A criação da Guarda Nacional, em 18 de Agosto de 1831, foi uma providência que eventualmente correspondia

à necessidade de satisfazer aos interesses da segurança nacional, com economia”⁵⁴. O governo resolveu enfatizar a Guarda Nacional, criada nesse ano e reorganizada em 1850⁵⁵. Era uma instituição que existia de longa data, adotada pela França e outros países republicanos. Prestou grandes serviços ao país, particularmente nas Guerras do Rio da Prata⁵⁶.

A situação continuou a se complicar. No ano da primeira Regência do Ato Adicional, assumida pelo senador padre Diogo Feijó, o Parlamento nacional, em nome de nova economia, autorizou por meio da Carta de lei N° 15, de 26 de agosto de 1835⁵⁷, para o biênio 1836/1837, uma força de seis mil, trezentos e vinte homens (20 % do efetivo existente no Primeiro Reinado)⁵⁸.

O governo imperial não investia no Exército, não arcando com o fornecimento básico para seu funcionamento. Falavam homens, armamentos, víveres. Resumindo, todas as condições necessárias para formação e manutenção de uma força militar nacional capaz de defender a pátria⁵⁹.

A partir da declaração da Maioridade de Dom Pedro II, o processo de reformulação do Exército foi acelerado. Foi publicado o Almanaque do Exército (1844), permitindo que qualquer oficial pudesse se movimentar pelas províncias,

verificar sua antiguidade, ser promovido em âmbito nacional, conferir cursos e condecorações com outros do país. Era um passo adiante do Livro Mestre de assentamento dos oficiais, criado por decreto de 27 de novembro de 1829⁶⁰. Facilitou as promoções que, desde 1831, só foram autorizadas mediante merecimento em combate⁶¹.

Caxias, condutor da campanha brasileira na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), adotou uma estrutura operacional e logística que deu excelentes resultados. Ele utilizou essa estrutura para reorganizar o Ministério da Guerra, quando Ministro, em 1856. Na sua segunda passagem na pasta, em 1861, apoiado em grande experiência em operações, adaptou para nossa realidade as Ordenanças de Portugal para as armas⁶².

Sua presença no Ministério foi marcante para o Exército, notadamente quando passou a presidir o Conselho de Ministros de setembro de setembro de 1856 a Maio de 1857, pelo falecimento de seu titular, o Marquês do Paraná⁶³.

Uma das experiências colhidas na Campanha foi o “município de boca” (víveres), com as Instruções Provisórias que baixou em 9 de Julho de 1851 como encargo para o Presidente da Província (função civil). Em uma época em que o Serviço de Intendência

não existia no Brasil, foi uma medida valiosa para o desfecho da guerra. Esse modelo foi adaptado e empregado, com algum sucesso, na Guerra do Paraguai⁶⁴.

Quando o Brasil enviou suas forças para combater Solano López, todas as suas tropas, incluindo os Voluntários da Pátria e os Guardas Nacionais, foram equipadas com o novo armamento, de maior alcance. Os fuzis adotados pela infantaria, por exemplo, possuíam alças de mira reguladas até 800 metros, possibilitando o fogo eficaz contra massas de tropas a essa distância⁶⁵.

O Segundo Reinado tinha um Imperador que não se preocupava com o Exército. Ao contrário de seu pai, mantinha-se afastado da Força. Parte da caótica situação se deveu ao seu descaso. Contudo, a agressão lopizta fez com que visse a gravidade da situação. Marcou esse ato o fato de criar os Voluntários da Pátria, autointitulando-se como o Voluntário nº 1. Mas os anos de penúria do Exército cobriam seu preço antes da vitória⁶⁶.

GENERAL OSÓRIO: PERFIL DE UM LÍDER

Osório nasceu a dez de maio de 1808, na Vila de Nossa Conceição do Arroio, em solo riograndense, próximo à divisa com o Estado de Santa Catarina. A casa em que nasceu hoje

pertence ao Parque Histórico que leva seu nome. A Vila hoje é o Município de Osório. Batizou-se no dia vinte e quatro do mesmo mês na igreja da mesma Vila⁶⁷. O Patrono da Cavalaria brasileira era um legítimo gaúcho:

em uma estância gaúcha do início do século XIX, com todas as influências culturais e sociológicas que tal origem continha. Era filho de um modesto furriel de tropas provinciais, pouco depois passando a agricultor e, no ambiente fluido das lutas fronteiriças, de novo militar, tão conceituado que chegaria a tenente-coronel⁶⁸.

O destino da carreira das armas era uma predestinação. Seu avô era um abastado estancieiro local, Tenente Thomaz José Luiz Osório. Seu pai era Furriel das tropas que guarneciam Santa Catarina. Fugiu numa noite chuvosa por defender um soldado dos exageros de um capitão. Foi peão do pai de sua esposa, Ana Joaquina Osório, de onde tirou o nome Osório para dar aos filhos, em honra do homem que o abrigou na necessidade⁶⁹⁻⁷⁰. Conforme vemos:

Osório, filho e neto de soldados, não desejava para si o destino dos homens das armas. Alisou-se na Legião de São Paulo, por imposição paterna, aos 15 anos de idade. Chorando, afastou-se de tudo aquilo que ama-

va: a sua estância, a sua família e a vida campesina. Estava, contudo, destinado a se transformar num grande guerreiro e no mais amado dos nossos generais⁷¹.

Até 1818 só teve como tutor o sapateiro local, Miguel Alves. Foi o primeiro de seus dois únicos mestres. Lia, escrevia e fazia as quatro operações. Entretanto, já demonstrava os dotes que o levaram à glória: ginete, nadador e atirador. Como gaúcho não deixava dúvidas: laçava, pealava e boleava com maestria⁷². Neto registra:

A instrução básica de Manoel Luís foi rudimentar. Estudos profissionais regulares nem pôde fazer; quando teve oportunidade, ainda jovem, requereu matrícula na Academia Real Militar, mas foi-lhe negada, sob a alegação de que faria falta na campanha da Cisplatina. É que carecia de uma garantia de berço. Porém, esse escanteio não diminuiu nele a sede de apren-



der e, durante toda a sua vida, tratou do auto-aprendizado – inclusive do profissional – nos cursos realísticos da tarimba militar prestante⁷³.

Em outra passagem:

Osório não redigia bem; aos poucos, com atenção e persistência, foi melhorando e al-

ORGANIZAÇÃO v

As mudanças promovidas para a Guerra da Tríplice Aliança permitiram melhor organização das tropas brasileiras, racionalizando a logística.

cançou boas condições. Falava bem, com clareza; era bom orador, fluente, direto ao assunto; discursava com naturalidade e ênfase, podendo ser cortês, ferino, desbordante ou gozador. Era dado a versejar, e repentinista incisivo, mordaz, mesmo em questões de serviço. Deixou-nos uma porção de pensamentos, de ditos, que são, por si sós, retratos precisos – e preciosos – do cidadão que ele era, e verdadeiras máximas de comportamento ético e de posicionamento diante de assuntos relevantes. Assim como Barroso com os jargões dos marinheiros, Osório habituou-se ao linguajar típico dos gaúchos da fronteira (brasileiros e platinos, em sua interpenetração) – palavrado, dizeres, expressões⁷⁴.

Seu segundo e último mestre foi o Capitão de Dragões



Domingos José de Almeida. Ensinava na Vila do Salto, para onde o pai levava a família em 1821. Silva Borges ausentara-se de casa desde 1816, envolvido nas lutas ocorridas após a incorporação do Uruguai. Afeiçãoou-se aos estudos. Mas se afastou deles para seguir a carreira de soldado⁷⁵.

O afastamento dos livros não interrompeu sua busca pelo conhecimento. Sua vida foi testemunha de seu esforço pessoal. "Osório foi autodidata. Almejava uma formação humanística, mas, ao iniciar a vida guerreira, possuía apenas as letras ensinadas pelo sapateiro Manuel. Tornou-se poeta e bem escrevia, como se depreende de suas cartas a Tamandaré"⁷⁶.

A vida propiciou-lhe sua grande capacidade administrativa, Obtida na prática, desincumbiu-se como pode de todas as missões que recebeu, compensando a falta de estudo regular pela lucidez e objetividade. "Osório morreu Ministro da Guerra. Tinha uma ampla visão da organização do equipamento do território. Preocupava-se com a construção das estradas de ferro que permitiriam um apoio cerrado às operações no Rio Grande e na defesa do território"⁷⁷.

Outro fator importante para a administração do Exército eram os vários anos de experiência acumulada como nego-

ciador, quer nas lides políticas sulriograndenses, quer nas lutas do Prata. Conheceu vários caudilhos locais que lutaram na Tríplice Aliança, como Flores, Mitre e Urquiza, além de vários comandantes brasileiros. A habilidade negocial que acumulou rendeu-lhe frutos quando estava em Montevideu incumbido da organização do Exército Imperial⁷⁸.

Assim, o Exército Imperial brasileiro se encontrava mal armado e equipado. Porém, à frente dele, Osório, que o destino colocara no comando após a doença de Menna Barreto, era um chefe capaz de organizar o pouco que tinha e, novamente, lançar as armas nacionais em mais uma luta em defesa da dignidade ultrajada Marquês de Olinda e no Forte Coimbra.

PREPARAÇÃO LOGÍSTICA DO EXÉRCITO IMPERIAL BRASILEIRO

Osório não era o primeiro nome da lista de escolha para o Comando em Chefe do Exército em Operações. Caxias, por sua experiência, era o nome natural. Mas a política (desafeto do novo Ministro da Guerra, Visconde de Camamu), não o permitiu assumir. O Barão de São Gabriel voltou para o Brasil trazendo consigo oficiais de alto valor. Osório, por fim, acabou como escolha de ocasião.

O futuro Marquês do Herval, apesar de não possuir formação técnica, era tarimbado para a missão. Conhecia a região, conhecia pessoalmente vários personagens da cena política platina, além de ser Liberal, como Camamu. Conhecia o tipo de luta que se travava na região, pois lutava ali desde a juventude. Conhecia Montevideu desde as lutas da Independência brasileira e oriental.

Apesar de ser um General, comandante do Exército, e lidar com um Presidente argentino (Mitre) e outro Oriental (Flores), tinha o apoio político da Corte (Gabinete) e local (Tamandaré e Otaviano, ambos liberais). Assim, podia dar vazão à toda a sua energia (apesar de adoentado ao assumir o comando), espírito prático e objetivo para cumprir a missão.

Desconhecia as intenções do Governo para a tropa. Seu primeiro expediente para Camamu revela isso. Por não possuir ordens precisas, buscou, à sua maneira, organizar uma força capaz de lutar no Paraguai. Assim como a quase totalidade de seus homens, desconhecia o local onde combateu posteriormente. Exceção segura era Cabrita, ex-instrutor naquele país guarani.

Iniciou sua tarefa sob o olhar dos políticos da Corte e de sua

própria tropa. Reconheciam-no valente. Mas bravura seria suficiente para desincumbir-se da tarefa? Osório, passo a passo, reúne o que possui da forma que acha melhor e solicita o muito que não possuía. Foi, pouco a pouco, montando uma força de combate.

1) Força combatente

O Brigadeiro não possuía uma força capaz de combater. Eram bravos reunidos em torno de uma causa – a luta no Uruguai. Era uma tarefa conhecida há séculos – desde a época colonial quando portugueses e espanhóis pisaram aquelas terras. Lutavam sua guerra à gaúcha, patrícios contra patrícios, ora ao mesmo lado, ora em lados opostos. Uniam-nos laços de sangue e linguajares e culturas semelhantes.

A Guerra no Paraguai, entretanto, era diferente de todas as que se feriram até então. O terreno onde brasileiros de várias províncias lutaram era desconhecido. A força paraguaia se preparou durante anos para a luta. A hierarquia, herança jesuítica, era forte. O guarani era um soldado de valor no campo de batalha. A luta se travou em condições diferentes de tudo que os brasileiros participaram.

O Exército carecia de um preparo racional para entrar em combate. Não possuía uma

instrução qualificada – era feita na prática do combate. Carecia-se de ensino formal da carreira das armas. A tropa perdia muito por serem instruídos passo a passo, lentamente, durante as refregas. Assim como Osório formou-se seguindo seu pai, instruiu os soldados que vieram do Rio Grande do Sul para Montevideu ao longo da Campanha.

Procurou mais qualidade do que quantidade. Reorganizou a força que dispunha para uma melhor atuação futura. Osório colocou em lugares-chaves os comandantes mais capazes para instruírem seus homens. O exemplo mais notório foi a nomeação do Brigadeiro Antônio de Sampaio para instruir a Infantaria. Mesmo depois do deslocamento para Paissandu, essa preocupação era marca impressa pelo Marquês.

O recompletamento era ineficaz. Era fruto de um Recrutamento que só se organizou na República. A concorrência com a Guarda Nacional trazia para as fileiras do Exército uma série de incapazes para lutar. Os Voluntários da Pátria, apesar o ardor patriótico, também não eram profissionais e se juntavam a uma gama de outros inexperientes para a luta no Paraguai.

A doença grassava solta no Uruguai. Muitos chegavam doentes, muitos adoeciam sob as condições locais. Osório

procurou tratar os enfermos, criou hospitais, providenciou medicamentos, fiscalizou o serviço de saúde, criou hospital ambulante, providenciou transporte para eles. As condições climáticas e higiênicas foram uma das maiores dificuldades para capacitar a tropa para combater.

Organizou a Infantaria com o que tinha desde a Guerra anterior e com os contingentes que chegavam da Corte, quer de Linha, quer de Voluntários. Procurou acolhê-los da melhor forma, apesar da falta de barracas. Cuidou da sua instrução de forma a dar aos recrutas, os que entravam em forma e pegavam em armas pela primeira vez, capacidade de assimilar o que necessitavam para a luta.

Cuidou da cavalaria, retirando-a para fora de Montevideu. Buscou melhorar a capacidade de marchar, dos cavalos, e de transportar e tracionar, dos bois. Buscou na Argentina o recompletamento cavalariço, embora não fossem de grande qualidade para as longas marchas que se sucederiam até o Paraguai.

Buscou melhorar a capacidade de atuação da Artilharia. Esta aumentara suas bocas de fogo durante a Campanha Oriental. Porém, apresentava desfalque de efetivos. Tinha no compadre Mallet, futuro Barão de Itapevi, militar capaz de instruir e preparar essa

Arma para o combate. A história mostrou o acerto dessa expectativa. Osório reorganizou esses efetivos e aumentou-os com o que chegou do Rio de Janeiro.

Organizou os sapadores, pontoneiros e mineiros disponíveis. Contratou oficiais para capacitá-los, além de contar com os que dispunha, como Villagran. Criou uma tropa de Voluntários, aproveitando a disponibilidade de estrangeiros que à época se dispunham a lutar fora de seus países, como italianos. A lembrança do valor de Garibaldi e outros que lutaram na Farroupilha, certamente, estavam na mente do Comandante em Chefe.

2) Abastecimento

O Exército não possuía um sistema de abastecimento. Funcionava com depósitos colocados pelo eixo de deslocamento das tropas e levavam o que podiam nas carretas tracionadas pelos bois. No Uruguai, Osório fez uso das requisições, comprando o que necessitava à medida que podia.

Assim, comprou fardamento, munição, alimentação e outros itens necessários para a guerra. Não existia padronização, como o fardamento, que transformava a tropa em um misto de uniformes de composição e cores diversas. Comprava de orientais e argentinos, os quais enriquece-



ram ao longo da Campanha da tríplice Aliança.

Osório oficiou, em diversas oportunidades, os itens de que necessitava. Pedia também ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pela proximidade, para que também lhe fornecesse suprimentos necessários para a luta. Buscou, de forma diligente e sem perder tempo, abastecer-se dos itens que necessitava para a tropa vestir, comer, atirar e se deslocar.

Pontuava-se a falta de quase tudo: sapatos, barracas, pólvora, fuzis, etc. O apoio de Camamu e de outros políticos, sobretudo os locais, foram fundamentais para que se formasse uma tropa capaz de marchar para a guerra. Viu-se claramente a preocupação do Comandante em Chefe com uma miríade de itens de guerra.

TRANSPORTE DIFÍCIL ^

O Exército funcionava, basicamente, com depósitos colocados pelo eixo de deslocamento das tropas, e que levavam o que podiam consigo e em carretas tracionadas pelos bois.

3) Mobilidade

Osório necessitava deslocar suas Armas e o abastecimento. A cavalaria seguiu pela estrada, remontada com o que conseguiu na região. Possuía chefes capazes, como Andrade Neves e José Luís Mena Barreto, para preparar a tropa para o deslocamento que se avizinhava. O tempo passado em Santa Luzia foi fundamental para reorganizar a Arma para marchar e combater.

A Infantaria se apoiou em deslocamentos fluviais para seu deslocamento de Montevideu para Paissandu. O apoio de Tamandaré foi fundamental para transportá-los. Mesmo assim, Osório precisou da requisição de embarcações ade-

quadas para navegar nos rios da região, visto que se fazia necessária a utilização de navios de pequeno calado para vencerem as águas dos rios da Prata, Uruguai e Paraná.

A Artilharia seguiu também saiu de Montevideu embarcada nos vapores que subiram o rio. A logística fornecida pela esquadra também reduziu o tempo de deslocamento dessa Arma, já que as estradas seriam penosas de se atravessarem nessa saída da capital uruguaia. Era notório o atraso que a tração bovina provocava no deslocamento da tropa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ressaltou a importância da logística para uma Campanha Militar e como o seu descaso pode levar ao seu malogro. O estudo demonstrou que forças militares onde essa preocupação era levada a sério obtiveram resultados positivos na hora em que puseram seus soldados para marchar.

Também se verificou que o jovem Exército nacional não se estruturara convenientemente para um século de lutas. Estava aquém do necessário para empreender uma Campanha como a da Tríplice Aliança. Lutara em uma região marcada de lutas, um povo (o

gaúcho) acostumado a pelear por séculos. Mas o Paraguai era um Teatro de Operações diferente.

Para a luta, estava à frente o General Osório. Sem formação técnica, forjou-se em décadas de lutas fratricidas na região sul. Conhecia a gente e a política, fundamentais para organizar uma força combatente. Possuía respeito e admiração, fundadas na bravura e desvelo demonstrado em todas as guerras que participou.

Em Montevideu, Osório se encontrava isolado. Perdera bons oficiais que partiram com seu antecessor. Combatia a desconfiança de políticos na Corte e do povo na sua capacidade de organização. Estava praticamente sem nada para organizar um Exército capaz de lavar a honra nacional face ao insulto impingido por López.

A falta de uma infraestrutura logística do Exército prejudicou sua preparação para a guerra. A Campanha se arrastou por muitos anos por apresentar, entre outras coisas, a falta de apoios necessários ao desenrolar da Campanha. A presença de Caxias, organizador nato, mostrou que isto era uma realidade.

Não se pode, contudo, descuidar a ação de Osório na preparação que liderou em Montevideu. Em pouquíssimo

tempo, sem missão clara dada pelo Governo, em território estrangeiro, sem um Estado-Maior para auxiliá-lo, logrou montar uma força que cresceu posteriormente e lutou com bravura.

Osório, dentro de seu contexto histórico, iniciou a montagem de uma força militar, iniciou sua instrução, fortaleceu a estrutura das Armas combatentes (Infantaria, Cavalaria e Artilharia), estruturou seus apoios, cuidou de seus apoios como saúde, religioso, dentre outros. Proporcionou, também, mobilidade à tropa, embarcando-a em vapores da esquadra, ou contratados para transporte, de modo a evitar danos que as longas marchas traziam.

Assim, o Marquês do Herval, apesar das dificuldades, conseguiu, num curto espaço de tempo, dentro das imensas limitações que sofria, criou uma infraestrutura logística para a Campanha. Ela evoluiu ao longo do tempo. Porém, esta evolução se originou de suas iniciativas em Montevideu.

Não bastava apenas receber recursos financeiros: necessitava-se de alguém com capacidade para gerir bem esses recursos para preparar montar uma força para lutar. Osório, com imensas dificuldades, contra a desconfiança geral, conseguiu dar cabo da tarefa. O sucesso no Paraguai come-

çou com sua ação na capital da República Oriental.

Osório é conhecido nas suas ações de combate. Tático brilhante, lia a batalha como poucos. Seus feitos, os que o levou à glória e à idolatria ainda em vida, originam-se dessas ações. Porém faz-se necessário estudar sua capacidade administrativa, particularmente no primeiro período da guerra (Montevidéu a Passo da Pátria) onde o administrador se sobrepujou ao guerreiro.

O autor deste trabalho acredita que, compreendida melhor essa face do homem, sua fama, já enorme como guerreiro, aumentará como um líder tanto combatente como logístico. Assim, o autor acha interessante que se explore, mais a fundo, as ações do Leão do Herval na marcha entre Montevidéu e o Passo da Pátria, com o fim de ratificar que Osório era um cabo-de-guerra maior do que foi percebido por seus contemporâneos.

•

Este texto é baseado em trabalho realizado em outubro de 2013, para o autor receber o título de Especialista em História Militar.

•

Notas:

- 1 HOLANDA FERREIRA, 1988, p. 399..
- 2 FRANCO; HOUAISS e VILLAR, 2009, p. 1193.
- 3 EME, 2003, p. 1-2.
- 4 EME, 2003, p 1-2.
- 5 SANTOS (1998).
- 6 BRAZ, 2004, p. 27.
- 7 EME, 2003, p 1-2.
- 8 BRAZ, 2004, p. 15.
- 9 BRAZ, 2004, p. 28.
- 10 CARDOSO, 1987, p. 123.
- 11 CARDOSO, 1987, p. 123.
- 12 CARDOSO, 1987.
- 13 MAQUIAVEL, 1998, p. 100.
- 14 MAQUIAVEL, 1998.
- 15 MAQUIAVEL, 1998.
- 16 MAQUIAVEL, 1998
- 17 OBINO, 1984, p. 81.
- 18 MAQUIAVEL, 2013, p. 18.
- 19 MAQUIAVEL, 2013.
- 20 SANTOS (1998).
- 21 SANTOS (1998).
- 22 SANTOS (1998).
- 23 LUVAAS (2001).
- 24 SANTOS (1998).
- 25 LUVAAS (2001).
- 26 LUVAAS (2001).
- 27 LUVAAS (2001).
- 28 LUVAAS (2001).
- 29 SANTOS (1998).
- 30 COSTA (1983, p. 99).
- 31 CLAUSEWITZ (2010, p. 339)
- 32 LEMOS (2010, p. 9).
- 33 BENTO (2001, p.5).
- 34 FERRER, 2005, p. 121-122.
- 35 PEDROSA (1984).
- 36 FERRER (2005, p. 122).
- 37 CASTRO (2011, p. 46).
- 38 PONDÉ (1982, p. 36).
- 39 PONDÉ (1982, p. 44).
- 40 CASTRO, 2011, p. 48.
- 41 CASTRO, 2011, p. 47.
- 42 LEMOS, 1996.
- 43 FERRER, 2005, p. 122-123.
- 44 LEMOS, 1996.
- 45 CASTRO, 2011.
- 46 PONDÉ, 1982, p. 50.
- 47 PONDÉ, 1982, p. 77
- 48 AMAN, 2013.
- 49 MAGALHÃES, 1998, p. 256-287.
- 50 MAGALHÃES, 1998, p. 287.

- 51 CASTRO, 2011.
- 52 ALVES, 1995.
- 53 LEMOS, 1996.
- 54 MAGALHÃES, 1998, p. 269.
- 55 FERRER, 2005.
- 56 MAGALHÃES, 1998.
- 57 PONDÉ, 1982, p. 110.
- 58 CASTRO, 2011.
- 59 FERRER, 2005.
- 60 PONDÉ, 1982, p. 60.
- 61 CASTRO, 2011.
- 62 BENTO, 2000, p. 150.
- 63 PONDÉ, 1984, p. 169.
- 64 SENA, 1979, p. 189-192.
- 65 CASTRO, 2011
- 66 DORATIOTO, 2002.
- 67 LIMA (1938).
- 68 NETO (2005, p. 70).
- 69 ABRÃO (1994).
- 70 LIMA (1938).
- 71 AMORIM (2007, p. 48).
- 72 LIMA (1938).
- 73 NETO (2005, p. 70).
- 74 NETO (2005, p. 71).
- 75 LIMA (1938).
- 76 AMORIM (2007, p. 48).
- 77 AMORIM (2007, p. 49).
- 78 LIMA (1938).

Referências:

ABRÃO, Nicolau da Silveira. Tenente-Coronel Manuel Luís da Silva Borges (Síntese Biográfica). In Revista do Exército Brasileiro. Volume 130, n. 1. Rio de Janeiro, jan/fev/mar 1994.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN). Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em 2013.

ALVES, Joaquim Victorino Portella. Mallet: Patrono da Artilharia Brasileira. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1995. 2ª. ed.

AMORIM, Paulo Dartanham Marques de. Tamandaré, Caxias e Osório. Revista Navigator, v. 3, n. 6. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em http://www.revistanavigator.com.br/navig6/art/N6_art4.pdf

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (AHEX). Exército em Operações na República do Paraguai. Primeiro Corpo sob o Comando em Chefe do Exm. Snr. GENERAL MANUEL LUIZ OZORIO Mrquez do Herval. ORDENS DO DIA. Primeiro Volume. Compreendendo as de n°s 1 á 113. 1865.

BENTO, Cláudio Moreira. Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira (1740-1795). In A Defesa Nacional N° 773. Rio de Janeiro, 3° Trimestre de 1996.

_____. Caxias e a Doutrina Militar Terrestre Brasileira. In A Defesa Nacional N° 788. Biblioteca do Exército Editora.

Rio de Janeiro, 3° Quadrimestre de 2000.

_____. Bicentenário da Guerra de 1801 no Rio Grande do Sul e da Conquista dos Sete Povos das Missões. In A Defesa Nacional N° 791. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, Setembro/Dezembro de 2001.

BRAZ, Márcio Alexandre de Lima. A Logística Militar e o Serviço de Intendência: Uma Análise do Programa Excelência Gerencial do Exército Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3394/DISSERTA-CAO%20MARCIO%20BRAZ.pdf>.

CABEDA, Corálio Bragança Pardo. Varnhagen e as Guerras do Sul. In A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, N° 748, Abril/Junho de 1990

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Sampaio: um homem de dois mundos. Revista Da Cultura, Edição 18. Fundação Cultural do Exército. Rio de Janeiro, maio de 2011. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/21_7z4d.pdf

CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. In A Invenção do Exército Brasileiro. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esr->

c=s&frm=1&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbibliotecadigital.fgv.br%2Fojs%2Findex.php%2Freh%2Farticle%2Fdownload%2F2112%2F1251&ei=o7heUqPsEK-T C 4 A O I I Y D Y DQ&usg=AFQjCNHuDj1vxQ Dn2EgCXTg7V9650u4uCCQ

CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1979.

CARDOSO, Alberto Mendes. Os Treze Momentos: Análise da obra de Sun Tzu. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1987.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. "Von Kriege" – 150 anos depois. In A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Julho-Agosto de 1983.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>.

_____. São Paulo. Martins Fontes, 2010.

CLAVELL, James. A Arte da Guerra: Sun Tzu. Record. Rio de Janeiro, 1983.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita Guerra. Companhia das Letras. São Paulo, 2002.

_____. General Osório. In Perfis Brasileiros. Companhia das Letras. São Paulo, 2008.

DUARTE, General Paulo de Queiroz. Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1981. Volume 1.

_____. 1982. Volume 2, Tomo 1.

FERRER, Francisca Carla Santos. A (RE)ORGANIZACAO DO EXERCITO BRASILEIRO NA GUERRA DO PARAGUAI. Biblos. Nº 17. Rio Grande, 2005. p 121-130. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/view/101/56>>.

FRAGOSO, Augusto Tasso. História da Guerra Entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 2009. Volume 1.

_____. 2010. Volume 2.

FRANCO, Francisco Manoel de Mello; HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Objetiva. Rio de Janeiro, 2009. 1ª. ed.

GUILHON, Orlando José Ferreira. General Osório. In A Vida dos Grandes Brasileiros. Edições isto É. São Paulo, 2003.

HAAG, Carlos. Osório nunca precisou ser um Caxias: Biografia do militar revela falácias da memória. PESQUISA FAPESP. São Paulo, 2008, p. 104-107.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Dicionário Básico da Língua Portuguesa. Editora Nova Fronteira. Rio

de Janeiro, 1988. 1ª. ed. 4ª. reimpressão.

LEMONS, Juvêncio Saldanha. Os Mercenários do Imperador. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1996.

LEMONS, Thiago Tremonte de. A Natureza da Guerra Moderna no Pensamento de Carl Von Clausewitz. In Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP. Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Thiago%20Tremonte%20de%20Lemos.pdf>

LENZ, Sylvia. O Exército Imperial Brasileiro: os mercenários Alemães no Rio de Janeiro (1824-30). In A Defesa Nacional.. Rio de Janeiro. Nº 791, 3º Quadrimestre de 2001.

LIMA, Onofre Muniz Gomes de. Osório. Biblioteca Militar. Rio de Janeiro, 1938.

LUVAAS, Jay. Frederico O Grande e a Arte da Guerra. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 2001.

MAGALHÃES, João Baptista. Osório: Síntese de Seu Perfil Histórico. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1978.

_____. A Evolução Militar do Brasil. Biblioteca do Exér-

cito Editora. Rio de Janeiro, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe: comentários de Napoleão Bonaparte. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1998.

_____. A Arte da Guerra. Editora Hedra Ltda. São Paulo, 2013.

MELLO, Luiz Gonzaga de. Villagran Cabrita – Achegas para uma biografia. In A Defesa nacional n. 754. Rio de Janeiro, out/dez 1991.

MORGADO, Sérgio Roberto Dentino. OSÓRIO e a preparação para a Guerra da Tríplice Aliança. In Revista Da Cultura, Ano V, n° 8, p. 26-32. Rio de Janeiro, 2005.

MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1998.

NETO, Jonas de Moraes Correa. Paralelo entre Osório e Barroso. Revista Navigator, vol. 1, n. 1. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em http://www.revistanavigator.com.br/navig1/art/N1_art5.pdf

OBINO, José Luiz Feio. O Pensamento de Maquiavel. In A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Julho/Agosto de 1984.

OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luis. História do General Osório. Typografia do Diário Popular. Pelotas, 1915.

PEDROSA, José Fernando de Maya. O Exército e a Sociedade Brasileira. In A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Julho/Agosto de 1984.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. Organização e Administração do Ministério da Guerra no Império. Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Brasília, 1982.

_____. O Duque de Caxias. In A Defesa nacional N° 714. Biblioteca do Exército Editora, Julho/Agosto de 1984.

SANTOS, Francisco Ruas. A Arte da Guerra. Biblioteca do Exército Editora. Coleção Marechal Trompowski. Rio de Janeiro, 1998.

SENA, Davis Ribeiro. Campanha de 1851/2 – o problema do suprimento de víveres. In A Defesa nacional N° 682. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, Março/Abri de 1979.

SILVA, Carlos Alberto Vicente da. Logística Militar e Em-

presarial: uma abordagem reflexiva. In Military Review (Edição Brasileira). Escola de Estado-Maior do Exército dos EUA. Kansas, 1° Trimestre de 2004. Disponível em: <http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/oldsite/portuguese/1st-Qtr04/silva.pdf>.

SOARES, Ethiene Cristina Moura Costa. General Osório: Homem do Império, símbolo da República. In XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio / memória e Patrimônio. Unirio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276635797_ARQUIVO_COMUNICACAO-ETHIENEC.M.C.SOARES.pdf

•



SOBRE O AUTOR

Luiz Augusto Rocha do Nascimento é Coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro. Bacharel e Mestre em Ciências Militares. Também é Bacharel em Arquivologia; Tecnólogo em Logística. Especialista em Análise e Projeto de Sistemas, Gestão em Tecnologia da Informação e História Militar. É membro da AHIMTB/DF e professor do Colégio Militar de Brasília. E-mail: prof.luau@icloud.com



ESTÁCIO DE SÁ

SÉRIE HERÓIS DA RESISTÊNCIA ÀS INVASÕES ESTRANGEIRAS NO BRASIL

Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis

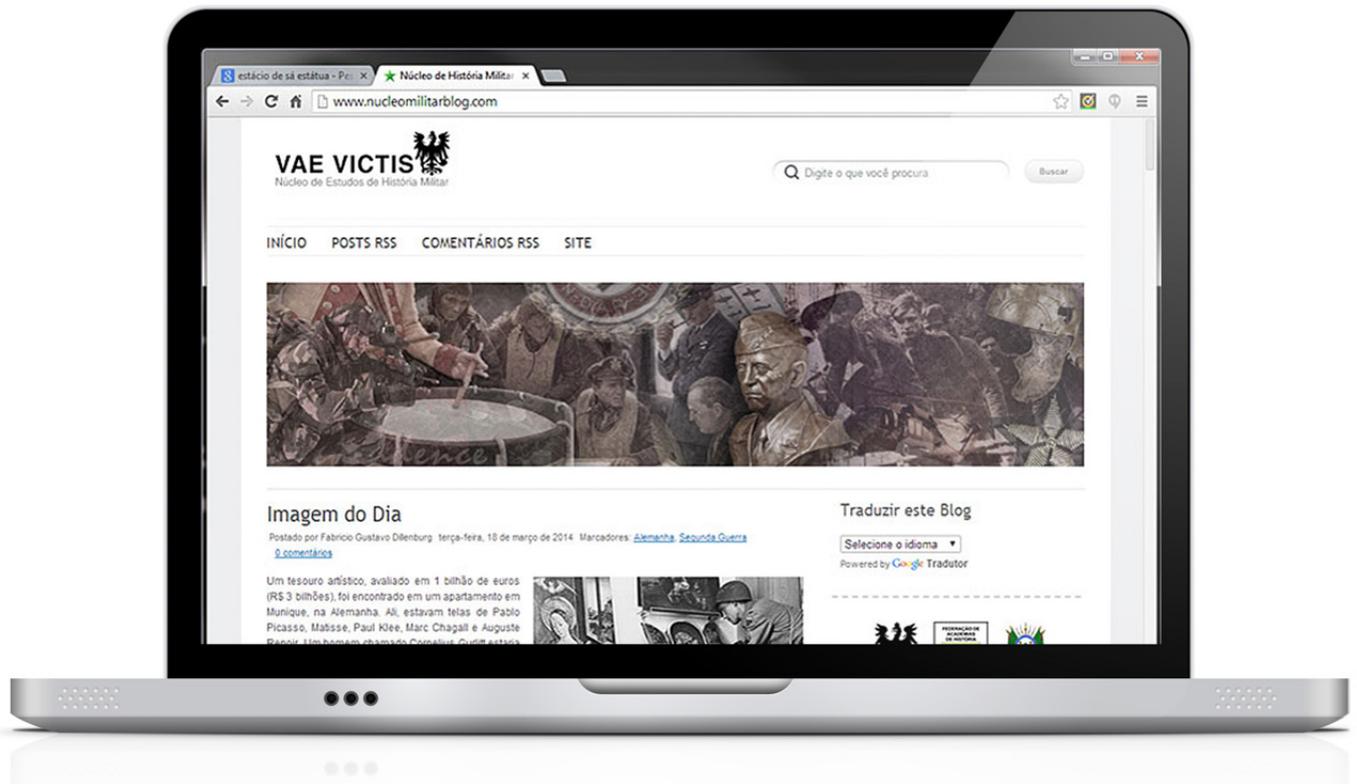
Estácio de Sá era português, filho de Gonçalo Correia e de Dona Filipa de Sá. Nasceu em Santarém (1520) e morreu no Rio de Janeiro (1567), fundador da cidade do Rio de Janeiro, e primeiro governador-geral da Capitania do Rio de Janeiro no período colonial.

Sobrinho de Mem de Sá, Estácio chegou a Salvador, BA, em 1563 com a missão de expulsar os franceses da Baía de Guanabara e ali fundar uma cidade. Em 1565, com reforços da Capitania de São Vicente e com o auxílio dos jesuítas, conseguiu reunir uma força de ataque para cumprir a sua missão. Neste mesmo ano, fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em terreno entre o morro Cara de Cão e o morro do Pão de Açúcar, onde montou sua base de operações para a expulsão dos franceses.

Em janeiro de 1567, com a esquadra de Cristóvão de Barros e reforços comandados por seu tio Mem de Sá lançou-se no ataque aos franceses, travando os combates de Uruçumirim (praia do Flamengo) e Paranapuã (Ilha do Governador). Os franceses foram expulsos da Baía de Guanabara.

Gravemente ferido por uma Lança indígena que lhe vazou um olho durante a Batalha de Uruçu-mirim, veio a falecer um mês depois em decorrência do ferimento. Teve a glória de falecer na cidade que fundou.

50 Mil Visitas



O Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis, parceiro da FAHIMTB, tem o prazer de anunciar que obteve mais de 50 mil visitas em seu Blog. A marca de mais de 120.000 visualizações de páginas também foi ultrapassada. Visitam-nos brasileiros de diversos estados, norte-americanos, portugueses, australianos, japoneses, franceses, russos, italianos, alemães, angolanos, russos, chilenos, espanhóis, britânicos, mexicanos, além de outros, com menor presença. Visando divulgar não apenas as notícias relevantes na área, mas, sobretudo, manter viva a memória militar, o Núcleo trabalha para entregar, sempre, informações com a maior qualidade possível, o que é motivo de grande orgulho.

Para que isso possa acontecer, contamos com o apoio de leitores e instituições que valorizam a cultura e acreditam que ela é, sempre, o melhor investimento. Sem a confiança desses nossos parceiros, nossas metas seriam mais difíceis de serem atingidas, com toda a certeza. A eles, e a todos os nossos seguidores, deixamos nossos sinceros agradecimentos.

E, obviamente, não há como deixar de mencionar que a Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil, através dos seus expoentes, Cel Cláudio Bento e Cel Luiz Caminha, tem sido de importância vital no reforço à preservação dos valores históricos nacionais. Seu trabalho, verdadeiramente heroico, exemplo de compromisso e cidadania, tem nos fornecido referências para acreditarmos que estamos no caminho certo, apesar do descaso e inépcia governamental. Muito nos honra poder compartilhar de seus conhecimentos e fazer parte da Academia, bem como auxiliar no processo de elaboração de O Tuiuti.

Parabéns a todos nós! E vamos em frente! Visite-nos em : www.nucleomilitarblog.com

A FAHIMTB E SUA ANTECESSORA, A AHIMTB

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) foi fundada em Resende, RJ, em 1º de março de 1996 e reorganizada em 23 de abril de 2012 como Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), com sede no interior da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e mais cinco academias federadas:

- A AHIMTB/RESENDE – Academia Marechal Mário Travassos, junto à FAHIMTB na AMAN e presidida pelo acadêmico emérito Cel Claudio Moreira Bento;

- A AHIMTB/Distrito Federal – Academia Marechal José Pessoa, com sede no Colégio Militar de Brasília, sob a presidência do acadêmico emérito Gen Div Arnaldo Serafim;

- A AHIMTB/Rio de Janeiro – Academia Marechal João Batista de Mattos, com sede na Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ) e sob a presidência do acadêmico emérito Eng Ten R/2 Art Israel Blajberg;

- A AHIMTB/Rio Grande do Sul – Academia General Rinaldo Pereira da Câmara, com sede no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e sob a presidência do acadêmico emérito Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis; e

- A AHIMTB/São Paulo – Academia General Bertoldo Klinger, com sede no Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS), sob a presidência do acadêmico Historiador Adilson Cesar, também o presidente do citado Instituto. As citadas AHIMTB funcionam com delegações de poderes específicos da FAHIMTB e AHIMTB/Resende.

A AHIMTB foi fundada na data do aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início do ensino militar na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. Teve, como sua sucessora, a FAHIMTB e as AHIMTB federadas, que são destinadas a desenvolver a História das Forças Terrestres do Brasil: Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares e outras forças que as antecederam desde o Descobrimento.

A FAHIMTB, com sede e foro em Resende mas de amplitude nacional, tem como patrono o Duque de Caxias e como patronos de cadeiras historiadores militares terrestres consagrados.

O TUIUTI

Informativo oficial da AHIMTB/RS

Para visualização, recomendamos o uso de um leitor de PDF atualizado (ADOBE Reader ou equivalente, versão 5.0 ou superior) com as opções do Menu **View**, ítem **Page Display**, **Two Page View**, **Show Gaps Between Pages** e **Show Cover Page in Two Pages View** ligadas. Dessa forma, o informativo será exibido na forma projetada.

Caso seu programa esteja em Português, escolha no Menu **Visualizar**, o ítem **Exibir Página**, clique em **Exibição em Duas Páginas** e **Exibir Página de Rosto em Exibição em Duas Páginas**.



O **Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis** é responsável pelo projeto gráfico e pelo design do informativo **O Tuiuti**, do que muito se orgulha.

Com o objetivo de divulgar a História, sobretudo em seu viés militar, o Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis tem, como missão, levar ao máximo possível de pessoas o conhecimento da História Militar, divulgando sua importância, resgatando os seus valores e as suas memórias, fornecendo subsídios para uma educação integral e de qualidade. Nossa postura é absolutamente independente, livre de qualquer posição política ou religiosa, voltada unicamente para a preservação e divulgação do conhecimento histórico, sem qualquer conexão com entidades que não tenham cunho explicitamente cultural. Mais informações no endereço www.nucleomilitar.com



AHIMTB / RS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL / RS

